

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026

Processo nº 59550.000125/2025-12-e

Impugnante: RS Rural Distribuidora Ltda.

Em atenção à impugnação apresentada pela empresa RS Rural Distribuidora Ltda., inscrita no CNPJ nº 23.816.237/0001-40, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2026, cujo objeto contempla o fornecimento de tanques de resfriamento de leite, forrageiras e ordenhadeiras mecânicas, passa-se à análise dos argumentos apresentados.

Inicialmente, registra-se o recebimento da manifestação, a qual se concentra, em síntese, na alegação de suposta restrição indevida à competitividade em razão da exigência de recipientes de leite com capacidade nominal de 50 litros para as ordenhadeiras mecânicas previstas nos itens 01 a 06, bem como na alegação de indícios de inexecutabilidade dos preços estimados, especialmente em relação aos itens 01 e 03.

No mérito, contudo, não assiste razão à impugnante, pelos fundamentos a seguir expostos.

1. Da exigência de recipientes de 50 litros

A impugnante sustenta que a exigência de recipientes de 50 litros seria excessivamente restritiva, uma vez que, segundo afirma, o mercado nacional de ordenhadeiras mecânicas tipo balde ao pé trabalharia com recipientes de capacidades usuais de 40 ou 45 litros.

A alegação não merece acolhimento.

O Termo de Referência definiu, de forma clara e objetiva, as características mínimas dos equipamentos a serem fornecidos. No caso das ordenhadeiras mecânicas de 50 litros, exige-se expressamente o fornecimento de 01 recipiente de 50 litros semitransparente. Nos itens de 100 litros e 200 litros, a composição do conjunto também foi estruturada a partir de recipientes de 50 litros, observadas as quantidades especificadas para cada item.

Trata-se, portanto, de característica objetiva do objeto licitado, definida na fase preparatória da contratação, em conformidade com a necessidade administrativa identificada pela área demandante.

A eventual existência, no mercado, de equipamentos com recipientes de 40 ou 45 litros não torna inválida a especificação adotada pela Administração. O fato de determinada configuração ser usualmente comercializada por alguns fornecedores não impede que a Codevasf estabeleça requisito técnico diverso, desde que ele seja razoável, objetivo, compatível com a finalidade pública e não direcionado a marca ou fabricante específico.

No presente caso, a exigência de recipientes de 50 litros não se apresenta como desarrazoada ou incompatível com o objeto. Ao contrário, integra a modelagem técnica escolhida para atender à demanda pública definida no planejamento da contratação, voltada à estruturação da cadeia produtiva do leite no estado de Alagoas.

2. Da impossibilidade de aceitação de recipientes de 40 ou 45 litros como equivalentes

A impugnante requer que sejam admitidos recipientes de 40 ou 45 litros, desde que próprios para leite, semitransparentes, atóxicos, duráveis e adequados ao contato alimentício.

Entretanto, recipientes com capacidade de 40 ou 45 litros possuem capacidade nominal inferior àquela expressamente exigida no Edital e no Termo de Referência.

A aceitação de recipiente de 45 litros em substituição ao recipiente de 50 litros implicaria redução de 10% da capacidade nominal exigida. No caso de recipiente de 40 litros, a redução seria de 20%. Nos itens de maior capacidade, essa redução se projetaria sobre a capacidade total do conjunto.

Dessa forma, não se trata de mera variação formal, de detalhe irrelevante ou de omissão sanável. Trata-se de alteração material de componente expressamente definido no instrumento convocatório.

As especificações técnicas estabelecidas no Edital devem ser observadas pelos licitantes, em respeito aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia entre os participantes. Admitir, após a publicação do edital, equipamentos com capacidade inferior à exigida poderia prejudicar os licitantes que formularam suas propostas considerando o atendimento integral das especificações.

Ressalte-se, ainda, que as especificações previstas no Termo de Referência devem ser compreendidas como requisitos mínimos de aceitabilidade técnica. Assim, é possível a apresentação de equipamentos com características superiores às exigidas, desde que não haja descaracterização do objeto e que sejam atendidas integralmente as demais condições editalícias. O que não se admite é a oferta de equipamento ou componente com capacidade inferior ao parâmetro mínimo definido pela Administração.

3. Do argumento relativo ao CATMAT

A impugnante afirma que o CATMAT indicaria, para ordenhadeira mecânica, “capacidade reservatório: mínimo 40 L”, razão pela qual a exigência de 50 litros estaria acima da referência usual do sistema oficial de catalogação.

O argumento não procede.

O CATMAT constitui ferramenta de catalogação de materiais no âmbito do SIASG, utilizada para identificação e cadastramento de itens no sistema de compras públicas. Não substitui o Termo de Referência nem limita a Administração à descrição genérica constante do cadastro sistêmico.

O próprio Termo de Referência conceitua o CATMAT como módulo do SIASG destinado à catalogação de materiais, utilizado para inclusão e consulta de itens no Portal de Compras do Governo Federal. A definição técnica e completa do objeto, contudo, consta do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos, especialmente da Planilha de Quantidades e Preços.

Desse modo, ainda que o CATMAT apresente referência genérica a reservatório mínimo de 40 litros, tal informação não impede que a Administração estabeleça, no Termo de Referência, capacidade superior para atender à necessidade pública concreta. A descrição do CATMAT não possui natureza de limite máximo ou de especificação técnica obrigatória e excludente.

Portanto, não há ilegalidade ou restrição indevida no fato de o Termo de Referência exigir recipientes de 50 litros, desde que essa exigência esteja expressamente prevista, como ocorre no presente caso.

4. Da alegada restrição à competitividade

A impugnante sustenta que a exigência de recipientes de 50 litros restringiria a competitividade por afastar fornecedores que trabalham com recipientes de 40 ou 45 litros.

O argumento não deve prosperar.

Toda especificação técnica delimita o objeto a ser contratado. O que se veda é a exigência impertinente, desnecessária, arbitrária, desproporcional ou direcionada a fornecedor específico. No caso concreto, a exigência de recipientes de 50 litros constitui parâmetro objetivo, relacionado à capacidade nominal dos equipamentos pretendidos, sem indicação de marca, fabricante ou modelo exclusivo.

A impugnante não demonstrou que recipientes de 50 litros sejam inexistentes no mercado, inacessíveis, exclusivos de determinado fabricante ou incapazes de serem fornecidos por pluralidade de interessados. Limitou-se a afirmar que recipientes de 40 ou 45 litros seriam mais comuns ou mais usuais em determinadas configurações comerciais.

A existência de soluções alternativas não torna inválida a solução escolhida pela Administração. O dever de ampliação da competitividade não autoriza a descaracterização do objeto licitado nem impõe à Administração a obrigação de aceitar componente com capacidade inferior àquela definida no planejamento da contratação.

A contratação foi estruturada para atender a diferentes capacidades de ordenhadeiras — 50 litros, 100 litros e 200 litros —, em conformidade com a demanda apresentada e com a finalidade pública descrita no Estudo Técnico Preliminar, que aponta a necessidade de fortalecimento e estruturação da cadeia produtiva do leite no estado de Alagoas, especialmente em benefício da agricultura familiar.

5. Da alegada ausência de justificativa técnica

A impugnante afirma que não teria sido apresentada justificativa técnica suficiente para a exigência rígida de recipientes de 50 litros.

Também nesse ponto, não assiste razão à empresa.

O Estudo Técnico Preliminar explicita a necessidade da contratação e registra que a atividade leiteira em Alagoas é marcada por carência tecnológica, especialmente no âmbito da agricultura familiar, razão pela qual a aquisição de ordenhadeiras, forrageiras e tanques de resfriamento visa promover a mecanização, a melhoria do manejo, o aumento da produtividade e a qualificação das condições higiênico-sanitárias da produção leiteira.

O mesmo documento estabelece como requisitos necessários e suficientes a adequação à finalidade pública, a eficiência e o desempenho operacional, a durabilidade, a robustez, a

assistência técnica, a facilidade de manutenção e operação, a conformidade com normas sanitárias e ambientais, a logística de entrega e a economicidade.

Nesse contexto, a exigência de recipientes de 50 litros insere-se na modelagem técnica definida pela Administração para os equipamentos pretendidos. Não se trata de requisito isolado ou desprovido de relação com o objeto, mas de elemento integrante da capacidade nominal das ordenhadeiras licitadas.

A Administração não está obrigada a demonstrar que recipientes de 40 ou 45 litros são impréstáveis ou inadequados em qualquer hipótese. Basta que demonstre que a solução escolhida — recipientes de 50 litros — é possível, razoável, objetiva, compatível com a finalidade pública e não direcionadora, o que se verifica no caso concreto.

6. Da alegada divergência entre o Compras.gov e o Termo de Referência

A impugnante aponta suposta divergência entre a descrição dos itens no Compras.gov e a especificação técnica constante do Termo de Referência.

Após análise, não se identifica divergência material apta a comprometer a formulação das propostas, a competitividade, a isonomia ou o julgamento objetivo.

A descrição constante do sistema Compras.gov possui natureza cadastral e sintética, vinculada à operacionalização do certame no ambiente eletrônico. O detalhamento técnico do objeto encontra-se no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, os quais devem ser observados pelos licitantes para fins de elaboração das propostas, julgamento, fornecimento, fiscalização, recebimento e pagamento.

O Termo de Referência dispõe expressamente que o objeto será fornecido conforme o escopo contido na Planilha de Quantidades e Preços, anexa ao próprio TR, a qual detalha os componentes e características dos equipamentos.

Portanto, não há conflito entre os documentos do certame, mas complementaridade entre a descrição cadastral do sistema e a especificação técnica detalhada constante do instrumento convocatório e de seus anexos.

7. Dos alegados indícios de inexecuibilidade dos preços estimados

A impugnante sustenta haver indícios de inexecuibilidade ou insuficiência dos preços estimados, especialmente nos itens 01 e 03, em razão dos custos associados a transporte, descarga, técnico no local, montagem/supervisão de montagem, silkagem da logomarca e assistência técnica no estado de entrega.

A alegação é genérica e não veio acompanhada de demonstração objetiva de inexecuibilidade.

Não foram apresentados pela impugnante planilha de composição de custos, cotações comparativas, documentos de mercado, memória de cálculo, demonstração de custos logísticos ou qualquer outro elemento concreto que comprove que os preços estimados pela Administração seriam incompatíveis com a execução do objeto.

O Termo de Referência dispõe que a descrição dos fornecimentos inclui carga, transporte e descarga dos equipamentos, cabendo aos licitantes considerar tais obrigações na formulação de suas propostas. Também estabelece que a montagem dos equipamentos e a supervisão de montagem fazem parte do escopo de fornecimento, bem como as demais condições previstas para entrega, garantia, assistência técnica e identificação visual dos bens.

Assim, tais obrigações não constituem elementos ocultos ou supervenientes, mas condições expressamente previstas no Edital e no Termo de Referência, devendo ser consideradas pelos interessados na composição de suas propostas.

Além disso, os orçamentos e pesquisas de mercado constantes dos autos demonstram que os valores estimados foram instruídos com base em referências de mercado, inclusive com identificação de equipamentos compatíveis com os parâmetros técnicos adotados pela Administração.

A mera afirmação de que os preços estariam próximos aos praticados no mercado, sem demonstração objetiva de inviabilidade econômica, não é suficiente para caracterizar inexecutabilidade nem para justificar a revisão da pesquisa de preços.

8. Da manutenção das condições do Edital

Diante dos argumentos apresentados, não se verifica vício técnico, restrição indevida à competitividade, divergência material entre os documentos do certame ou indício comprovado de inexecutabilidade que justifique a suspensão, retificação ou republicação do Edital.

As especificações constantes do Termo de Referência foram definidas a partir da necessidade administrativa identificada, observam parâmetros objetivos, não indicam marca ou fabricante específico e permitem a participação de licitantes aptos a fornecer equipamentos que atendam integralmente aos requisitos mínimos exigidos.

Reitera-se que os licitantes podem ofertar equipamentos com características superiores às especificadas, desde que preservada a aderência ao objeto e atendidas todas as demais exigências do Edital e do Termo de Referência. Não se admite, contudo, a apresentação de componente com capacidade inferior àquela expressamente prevista no instrumento convocatório.

9. Conclusão

Diante do exposto, decide-se por:

Conhecer da impugnação apresentada pela empresa RS Rural Distribuidora Ltda.;

Indeferir o pedido de revisão das especificações dos itens 01 a 06 para admitir recipientes de 40 litros ou 45 litros, por se tratar de capacidade inferior à expressamente exigida no Edital e no Termo de Referência;

Indeferir o pedido subsidiário de alteração ou flexibilização da exigência de recipientes de 50 litros, por inexistir demonstração de que tal requisito seja ilegal, desarrazoado, direcionador ou incompatível com o mercado;

Indeferir a alegação de divergência entre o Compras.gov e o Termo de Referência, por inexistir conflito material entre os documentos, prevalecendo, para fins de proposta, julgamento, fornecimento, fiscalização e recebimento, as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;

Indeferir o pedido de revisão da pesquisa de preços dos itens 01 e 03, diante da ausência de comprovação objetiva de inexequibilidade ou insuficiência dos valores estimados;

Indeferir o pedido de suspensão do certame, republicação do edital ou reabertura de prazos, por inexistir alteração a ser promovida no instrumento convocatório.

Assim, permanecem inalteradas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, mantendo-se a sessão pública na data previamente designada.

Decisão: impugnação conhecida e, no mérito, indeferida.

Atenciosamente,

--

Thiago Cedraz de Almeida

Analista em Desenvolvimento Regional - Economista

Chefe da Unidade Regional de Desenvolvimento Territorial - 5ª GRR/UDT

Codevasf - 5ª Superintendência Regional

Edifício do Ministério da Fazenda

Praça Dom Pedro II, 16, Centro

Maceió - Alagoas CEP 57.020-130

Tel: (82) 3551-9462 Ramal: 829462
